

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	VII
Apresentação da 47 ^a edição	IX
Apresentação da 44 ^a edição	XI
Apresentação da 43 ^a edição	XIII
Apresentação	XV

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1^o – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais	6
2 – Definição	6
3 – Natureza	7
4 – Relações com outros ramos do Direito	7
5 – Objetivo	8
5-a – Novos rumos do direito processual civil	9

§ 2^o – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	12
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	12
8 – O processo civil romano	12
9 – Processo comum	14
10 – O processo civil moderno (fase científica)	15
11 – Direito processual civil brasileiro	15
12 – Regulamento n ^o 737	16
13 – Códigos estaduais	17
14 – Códigos unitários	17
15 – O novo Código	17
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	18
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional	19

§ 3^o – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais	23
17 – Lei processual	23
18 – A lei processual no tempo	24
19 – A lei processual no espaço	25
20 – Interpretação das leis processuais	25

§ 4^o – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais	29
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	29
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	30
24 – Princípio do contraditório	31
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	33
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual	34
27 – Princípio da verdade real	34

28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	35
29 – Princípio da publicidade	36
30 – Princípio da economia processual	36
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	37

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	40
33 – Justiça privada e justiça pública	40
34 – Jurisdição	40
35 – Características da jurisdição	42
36 – Imparcialidade e disponibilidade	44
37 – Objetivo da jurisdição	45
38 – Princípios fundamentais	45
39 – Jurisdição civil	46
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	46
41 – Substitutivos da jurisdição	47
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	48

§ 6º – Processo

42 – Conceito	52
43 – Processo e procedimento	52
43-a – Características do procedimento	55
44 – Autonomia do processo	55
45 – Espécies de processo	56
46 – Funções do processo	56
47 – Independência dos processos	57
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	58
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência	59
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória	59

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	62
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	62
50 – Autonomia do direito de ação	63
51 – A evolução do conceito de ação	63
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	64
52 – Condições da ação	65
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	66
54 – Pressupostos processuais	72
55 – Classificação das ações	73
55-a – Ação e pretensão	74
55-b – Ação e causa	75
55-c – Elementos identificadores da causa	76
56 – A defesa do réu	77
57 – Espécies de resposta	78

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo	80
--	----

59 - A relação processual	80
60 - Classificação dos elementos do processo	81
§ 9º - Efeitos da Relação Processual	
61 - Noções gerais	83
62 - Direitos processuais	83
63 - Obrigações processuais	83
64 - Deveres processuais	83
65 - Ônus processuais	84

Parte II - Sujeitos do Processo

Capítulo IV - Partes e Procuradores

§ 10 - Partes	
66 - Partes	88
67 - Nomenclatura	89
68 - Substituição processual	89
69 - Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	91
70 - Capacidade processual	91
71 - Capacidade processual das pessoas casadas	92
72 - Curatela especial	94
73 - Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	95
74 - Incapacidade processual e irregularidade de representação	96
§ 11 - Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 - Deveres	98
75-a - Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	98
76 - Responsabilidade das partes por dano processual	100
76-a - Direitos	101
76-b - Direito especial dos litigantes idosos	101
§ 12 - Despesas e Multas	
77 - Ônus financeiro do processo	104
78 - Antecipação das despesas	104
79 - A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	105
80 - Ressalvas aos efeitos da sucumbência	106
81 - Sucumbência recíproca	106
82 - Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	107
83 - Multas	107
84 - Honorários de advogado	108
85 - Cabimento dos honorários	108
86 - Inoperância da sucumbência	109
87 - Fixação dos honorários	110
88 - Alguns casos especiais de fixação de honorários	111
89 - Execução dos honorários	112
90 - Assistência judiciária	112
§ 13 - Advogados	
91 - Capacidade de postulação	116
92 - O mandato judicial	116
93 - Direitos e deveres	117
§ 14 - Substituições das Partes e Procuradores	
94 - Substituição de parte	120
95 - Substituição do advogado	120

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes	124
97 – Classificações	124
98 – Espécies de litisconsórcio	124
99 – Sistema do Código	126
100 – Casos legais de litisconsórcio	126
101 – Litisconsórcio necessário	127
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	128
103 – Litisconsórcio facultativo recusável	130
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	131
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	132
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito	134
107 – Classificações	134
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito	136
109 – Competência	137
110 – Procedimento	137
111 – Julgamento da oposição	138
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito	141
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	141
114 – Procedimento	141
114-a – Recurso	142
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito	145
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	146
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	148
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide	149
117 – Objetivo do incidente	149
118 – Legitimação	149
119 – Procedimento	150
120 – Efeitos da denúnciação da lide	151
120-a – Recursos	153
120-b – Execução da sentença	153
121 – Denúnciações sucessivas	155
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito	159
123 – Casos de admissibilidade do incidente	159
124 – Procedimento	160
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor	161
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil ...	161
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito	164
126 – Pressupostos da intervenção	164
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	165

128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	166
129 – Procedimento	166
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	167
130-a – Assistência provocada	168
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	169

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público

131 – Conceito	174
132 – Funções	174
133 – Natureza	175
134 – Ministério Público como parte	175
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	176
136 – Ausência do Ministério Público no processo	177
137 – Órgãos do Ministério Público	177
138 – Princípios e garantias	177

Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência

139 – Conceito	180
140 – Distribuição da competência	180
141 – Classificação da competência	181

§ 24 – Competência Internacional

142 – Noções gerais	183
143 – Espécies de competência internacional	183
144 – Competência concorrente e litispendência	184

§ 25 – Competência Interna

145 – Noções gerais	186
146 – Competência em matéria civil	187
147 – Competência da Justiça Federal	187
148 – Competência das Justiças Estaduais	188

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna

149 – Generalidades	191
150 – Competência do foro e competência do juiz	192
151 – Divisão da competência do foro	192
152 – Cumulatividade de juízos competentes	192
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	192

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria

154 – Competência em razão do valor da causa	195
155 – Competência em razão da matéria	195

§ 28 – Competência Funcional

156 – Conceito	197
157 – Classificação	197

§ 29 – Competência Territorial

158 – Conceito	199
159 – Foro comum	199
160 – Foros subsidiários ou supletivos	200

161 – Foros especiais	200
162 – Ações reais imobiliárias	200
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência	201
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	202
165 – Foros <i>ratione personae</i>	203
166 – Foro das pessoas jurídicas	204
166-a – Foro dos Estados e Municípios	204
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	205
168 – Foro relativo à arbitragem	206
168-a – Foro do idoso	206

§ 30 – Modificações da Competência

169 – Competência absoluta e competência relativa	208
170 – Prorrogação de competência	209
171 – Prorrogação legal	209
172 – Efeito prático	210
173 – Prevenção	211
174 – Outros casos de prorrogação legal	212
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	213
176 – Prorrogação voluntária	214
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	216
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão	216

§ 31 – Declaração de Incompetência

177 – Verificação de competência	219
178 – Exceção de incompetência	219
179 – Incompetência absoluta	220
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão)	220

§ 32 – Conflito de Competência

180 – Noções gerais	223
181 – Procedimento do conflito	224
182 – Efeitos do conflito	225

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

§ 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro	228
184 – Duplo grau de jurisdição	230
185 – Jurisdição extraordinária	230
186 – Competência	231
187 – Disciplina da magistratura	221

§ 34 – Órgãos Judiciários

188 – Juízes	233
189 – Requisitos de atuação do juiz	233
190 – Garantias da magistratura	234
191 – Poderes e deveres do juiz	234
191-a – Atividade criativa do juiz	236
192 – Responsabilidade do juiz	237
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	237
194 – Casuísmo legal	237
194-a – Juiz testemunha	238
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido	239

§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O júzo	241
197 – Escrivão	241
198 – Oficial de justiça	242
199 – Perito	243
200 – Depositário e administrador	243
201 – Intérprete	244
202 – Outros auxiliares eventuais	244

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito	250
204 – Agentes	251
205 – Atos do processo e atos do procedimento	251
206 – Classificação dos atos processuais	252
207 – Forma dos atos processuais	253
208 – Publicidade	254
209 – Meios de expressão	255
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados	255
209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil	256
209-c – O processo eletrônico no STF	258

§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação	261
211 – Eficácia dos atos das partes	262
212 – Petições e autos suplementares	262
213 – Cotas marginais e lineares nos autos	262

§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz	264
215 – Atos decisórios	264
216 – Definições legais	264
217 – Decisão interlocutória	265
218 – Despachos	266
219 – Sentença	267
220 – Atos não-decisórios	268
221 – Forma dos atos decisórios	269

§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais	271
223 – Autuação	272
224 – Termos processuais	272
225 – Forma dos termos	272

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo	276
227 – Feriados e férias forenses	277
228 – O lugar	279

§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais	281
230 – Classificação	281
231 – Natureza dos prazos	282
232 – O curso dos prazos	282
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	284
233-a - Contagem dos prazos no processo eletrônico	286
234 – Prazos para recurso	287
234-a – Ciência inequívoca	288
235 – Termo final	289
236 – Preclusão	290
237 – Prazos para as partes	290
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	291
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	292
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	292
241 – Inobservância de prazo da parte	292
242 – Inobservância dos prazos do juiz	293

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual	296
244 – Forma dos atos de comunicação	296
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	296
246 – Requisitos das cartas	296
247 – Cumprimento das cartas	297
248 – Cartas urgentes	298
249 – Custas nas cartas	298
250 – Cartas rogatórias	298
§ 43 – Citação	
251 – Conceito	300
252 – Suprimento da citação	300
253 – Destinatário da citação inicial	301
254 – Local da citação	302
255 – Impedimento legal de realização da citação	302
256 – Modos de realizar a citação	302
257 – Citação por oficial de justiça	302
258 – Citação com hora certa	304
259 – Citação pelo Correio	305
260 – Citação por edital	306
260-a – Citação por meio eletrônico	307
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	308
262 – Efeitos da citação	308
263 – Prevenção	308
264 – Litispendência	308
265 – Litigiosidade	309
266 – Mora	309
267 – Prescrição	309
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	309
§ 44 – Intimações	
269 – Conceito	312
270 – Forma	312

271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	313
272 – Aperfeiçoamento da intimação	314
273 – Intimação em audiência	316
274 – Intimação por edital ou com hora certa	316
275 – Efeitos da intimação	316
275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública	316

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias	320
277 – Registro	320
278 – Distribuição	320
279 – Distribuição por dependência	321
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual	322
280 – Valor da causa	325
281 – Impugnação ao valor da causa	327

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito	330
283 – Espécies de vícios do ato processual	330
284 – Atos inexistentes	330
284-a – Noção de nulidade	331
285 – Atos absolutamente nulos	331
286 – Atos relativamente nulos	332
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	332
288 – Sistema de nulidades do Código	333
289 – Nulidades cominadas pelo Código	334
290 – Nulidades da citação e intimação	335
291 – Argüição das nulidades	335
292 – Momento da argüição	335
293 – Decretação de nulidade	336
294 – Efeitos da decretação	336

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais	342
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo	344
297 – Sujeitos da relação jurídica processual	344
298 – Início do processo	346
299 – Formação gradual da relação processual	346
300 – Estabilização do processo	347
301 – Alteração do pedido	347
302 – Alterações subjetivas	347

§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito	350
304 – Os casos de suspensão do processo	350
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	351
306 – Suspensão por convenção das partes	352
307 – Suspensão em razão de exceção	352
308 – Suspensão por prejudicialidade	352
309 – Prejudicialidade e conexão	353
310 – Suspensão por motivo de força maior	354
311 – Outros casos legais de suspensão	354
312 – Férias e suspensão do processo	355
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual	357
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito	357
315 – Indeferimento da inicial	358
316 – Abandono da causa	358
317 – Ausência de pressupostos processuais	359
318 – Perempção	360
319 – Litispendência e coisa julgada	360
320 – Condições da ação	361
321 – Convenção de arbitragem	362
322 – Desistência da ação	362
323 – Intransmissibilidade da ação	363
324 – Confusão entre autor e réu	364
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	364
326 – Iniciativa da extinção do processo	364
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível	364
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito	367
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	368
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	368
330 – Transação	369
330-a – Retratação e rescisão de transação	369
331 – Prescrição e decadência	370
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação	371
332 – Renúncia ao direito	372

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo	380
334 – Procedimento	380
335 – Procedimentos no processo de cognição	380
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária ..	381
337 – Esquema do procedimento ordinário	382
338 – Fases do procedimento ordinário	382

339 – Fase postulatória	383
340 – Fase saneadora	383
341 – Fase instrutória	383
342 – Fase decisória	384
342-a – Adequação do procedimento	384
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário	388
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	388
344 – Outras causas de procedimento sumário	391
345 – Indisponibilidade do rito sumário	391
346 – O procedimento	392
347 – A petição inicial e seu despacho	393
348 – A citação e a resposta do réu	393
349 – Audiência de conciliação	395
349-a – Audiência de instrução e julgamento	397
350 – Revelia	397
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	398
352 – Direito intertemporal	398

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial	404
354 – Requisitos da petição inicial	404
355 – Despacho da petição inicial	406
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	407
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição	408
357 – Extensão do indeferimento	411
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial	412
357-a-1 – Intimação da sentença <i>prima facie</i>	413
357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	414
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa	414
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	415
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial	417
360 – Pedido	417
361 – Requisitos do pedido	417
362 – Pedido concludente	418
363 – Pedido genérico	418
364 – Pedido cominatório	419
365 – Pedido alternativo	420
366 – Pedidos sucessivos	420
367 – Pedido de prestações periódicas	420
368 – Pedido de prestação indivisível	421
369 – Pedidos cumulados	421
370 – Espécies de cumulação de pedidos	422
371 – Interpretação do pedido	423
372 – Aditamento do pedido	423
372-a – Modificação do pedido	424
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	424
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias	427

372-d – A efetivação da tutela antecipada	429
372-e – Tutela antecipada parcial.....	430
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu	433
374 – A resposta do réu	433
375 – Espécies de defesa	433
376 – Defesa processual	434
377 – Defesa de mérito	435
378 – Reconvenção	435
379 – Síntese	435
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito	438
381 – Conteúdo e forma da contestação	438
382 – Ônus da defesa especificada	439
383 – Preliminares da contestação	440
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	441
385 – Réplica ou impugnação do autor	442
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito	444
387 – Prazo	444
388 – Efeito da exceção	445
389 – Exceção de incompetência. Cabimento.....	445
390 – Procedimento	446
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	447
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito	452
393 – Pressupostos da reconvenção	452
394 – Procedimento	454
394-a – Reconvenção sem contestação	456
395 – Extinção do processo principal.....	456
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia	458
397 – Os efeitos da revelia	459
398 – Alteração do pedido	460
399 – Reconhecimento da procedência do pedido.....	461

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito	464
401 – Réplica do autor	464
402 – Revelia e provas	465
403 – Intervenção do Ministério Público	465
404 – Ação declaratória incidental	465
405 – Outras providências preliminares	467
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito	469
407 – Extinção do processo	469
408 – Julgamento antecipado da lide	470

408-a – Audiência preliminar	471
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	476
410 – Cabimento	476
411 – Conteúdo	477
412 – Efeito preclusivo	477
413 – Formas do despacho saneador	478

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova	
414 – Conceito	480
415 – Características da prova	481
416 – Objeto da prova	481
417 – Finalidade e destinatário da prova	482
418 – Valoração da prova	483
419 – O sistema do Código	484
420 – Poder de instrução do juiz	485
421 – Ônus da prova	486
422 – Sistema legal do ônus da prova	486
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	487
422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova	488
422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor	489
423 – Convenção sobre ônus da prova	490
424 – Meios de prova	490
424-a – Prova por presunção	491
425 – Procedimento probatório	491
426 – Instrução através de carta	492
427 – Dever de colaboração com a Justiça	493

§ 65 – Depoimento Pessoal

428 – Conceito	496
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	496
430 – Legitimação para o depoimento	496
431 – Objeto do depoimento pessoal	497
432 – Procedimento	497

§ 66 – Confissão

433 – Conceito	500
434 – Requisitos da confissão	500
435 – Classificações	501
436 – Efeitos da confissão	501
437 – Indivisibilidade da confissão	502
438 – Valor da confissão extrajudicial	503

§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa

439 – Conceito	505
440 – Oportunidade da medida	505
441 – Legitimação	505
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte	506
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro	507

§ 68 – Prova Documental

444 – Conceito	512
445 – Força probante dos documentos	512

446 – Documentos públicos	513
447 – Documentos particulares	515
448 – Valor probante do documento particular	516
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	517
450 – Livros comerciais	518
451 – Reprodução de documentos particulares	519
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	520
453 – Documentos viciados em sua forma	521
454 – Falsidade documental	521
455 – Espécies de falsidade	522
456 – Ônus da prova	523
457 – O incidente de falsidade	524
458 – Procedimento do incidente de falsidade	524
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade	526
459 – Produção da prova documental	526
460 – Desentranhamento de documentos	528
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito	531
462 – Valor probante das testemunhas	531
463 – Direitos e deveres da testemunha	533
464 – A produção da prova testemunhal	536
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001)	540
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito	542
466 – Admissibilidade da perícia	543
467 – O perito	544
468 – O procedimento da prova pericial	545
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico	548
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial	548
469 – Valor probante da perícia	548
470 – Nova perícia	550
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito	552
472 – Procedimento	552
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência	555
474 – Características da audiência	555
475 – Atos preparatórios	557
476 – Adiamento da audiência	557
477 – Antecipação de audiência	559
478 – Conciliação	559
479 – Procedimento da conciliação	561
480 – Instrução e julgamento	561
481 – Documentação da audiência	563

Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	566

483 – Conteúdo e finalidade do processo.....	566
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária	569
485 – Natureza da sentença definitiva.....	570
486 – Função da sentença definitiva	571
486-a – Função da sentença terminativa	571
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença	574
488 – Relatório	574
489 – Motivação.....	575
490 – Dispositivo da sentença.....	576
491 – Condições formais da sentença	576
492 – Clareza.....	576
493 – Precisão	577
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer ..	578
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	580
493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa.....	581
493-a-3 – Sentença condenatória <i>ilíquida</i>	582
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	582
494 – Publicação e intimação da sentença	582
495 – Efeitos da publicação	583
496 – Correção e integração da sentença	584
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	585
496-b – Interpretação da sentença	586
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações	590
498 – Sentenças declaratórias	591
499 – Sentenças condenatórias	591
500 – Sentença constitutiva	592
501 – Momento de eficácia da sentença.....	592
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença	593
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito	595
504 – Entrega da prestação jurisdicional	595
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos	595
505 – Hipoteca judiciária.....	597
506 – Outros efeitos secundários da sentença.....	597
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código.....	600
507-a – Coisa julgada administrativa	601
507-b – Coisa julgada total e parcial	601
508 – Coisa julgada formal e material.....	603
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	605
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	606
510 – Arguição da coisa julgada	607
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	607
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	608
511 – Preclusão	609

§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos	612
513 – Motivos da sentença	613
514 – Verdade dos fatos	616
515 – Questões prejudiciais	616
516 – Questões implicitamente resolvidas	617
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada	618
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	620
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário ...	622
518 – Limites subjetivos	624
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas	625
519 – Causas de estado	627
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos	627
520-a – Limites temporais da coisa julgada	628
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	628
521 – Execução forçada e coisa julgada	630

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito	636
523 – Fundamento do direito de recurso	637
524 – Atos sujeitos a recurso	637
525 – Recursos admissíveis	638
525-a – Reclamação	639
526 – Correição parcial	640
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	641
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	642
§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos	
527 – Duplo grau de jurisdição	644
528 – Legitimação para recorrer	644
528-a – Particularidades do recurso de terceiro	645
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	646
530 – Pressupostos objetivos do recurso	646
531 – Recorribilidade da decisão	646
532 – Tempestividade	647
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado	649
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	650
534 – Singularidade do recurso	651
535 – Adequação do recurso	651
536 – Preparo	652
537 – Motivação e forma	653
537-a – Efeitos do recurso	653
537-b – Efeito substitutivo	654
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	654
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	655
540 – Recurso adesivo	656
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	657
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	658

§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito	662
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal	663
542 – Interposição da apelação	665
543 – Efeitos da apelação	666
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação ...	669
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito	670
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515	671
543-a-3 – Prescrição e decadência	673
543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo	673
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação	674
544 – Recebimento da apelação	675
544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	676
544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida	677
544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator	677
545 – Deserção	678
546 – Prazo para interposição da apelação	679
547 – Julgamento em segunda instância	679
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito	682
549 – Espécies de agravo	682
550 – Agravo retido	683
550-a – Agravo retido interposto oralmente	684
550-b – Juízo de retratação no agravo retido	685
550-c – Agravo retido após a sentença	685
551 – Agravo de instrumento	686
551-a – Formação do instrumento do agravo	689
552 – Efeitos do agravo de instrumento	690
553 – Processamento do agravo de instrumento	691
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nº 10.352/2001 e 11.187/2005	692
554 – O contraditório	694
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento	694
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	695
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito	700
556 – Processamento	701
557 – Embargos adesivos	702
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	702
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes	703
557-c – Legitimação para embargar	704
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito	707
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	707
560 – Procedimento	708
561 – Efeito interruptivo	708
561-a – Efeito suspensivo	709
562 – Embargos manifestamente protelatórios	709
§ 86 – Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	714

564 – Uniformização da jurisprudência	714
565 – Pressupostos do incidente	714
566 – Legitimação para a provocação do incidente	715
567 – Apreciação do incidente	715
568 – Súmula jurisprudencial	716
568-a – Súmula vinculante	716
568-b – Regulamentação da súmula vinculante	717

§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça

569 – Intróito	722
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	722
571 – Recurso extraordinário	723
572 – Pressupostos do recurso extraordinário	723
572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário	724
572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral	725
572-c – Procedimento no STF	726
572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral	726
573 – Função do recurso extraordinário	727
574 – Efeitos do recurso extraordinário	727
575 – Processamento do recurso extraordinário	728
575-a – O recurso extraordinário por via eletrônica	730
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 ...	730
576 – Poderes do Relator	731
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	732
576-b – Recurso especial	733
576-b-1 – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	738
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	738
576-d – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	739
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	740
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal	741
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ	742
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido	744
576-i – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	746

§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos

577 – Posição do novo Código	750
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	750

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição	756
580 – Competência dos tribunais	756
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	756
582 – Casos de competência originária dos tribunais	757
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	759
584 – O funcionamento dos tribunais	759
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	760

585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais	762
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal	763
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira	767
587 – O sistema nacional	767
588 – A homologação da sentença estrangeira	767
589 – Natureza da decisão homologatória	769
590 – O procedimento	770
591 – A execução	770
§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	772
593 – Regulamentação legal	772
594 – O incidente de argüição de inconstitucionalidade nos tribunais	773
595 – Objeto da argüição de inconstitucionalidade	773
596 – Iniciativa de argüição	773
597 – Momento da argüição	773
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	774
599 – O julgamento da argüição	774
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito	778
601 – Pressupostos	779
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	782
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	782
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	783
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	784
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	784
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	785
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	785
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	786
610 – Documento novo (art. 485, VII)	787
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	788
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	789
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	789
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	791
614 – Legitimação	792
615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	793
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	793
617 – A execução da sentença rescindenda	794
618 – Indeferimento da inicial	795
619 – Procedimento	795
620 – Natureza e conteúdo da decisão	796
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	797
621 – Rescisória de rescisória	800
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	800
622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente	802
623 – Sentença nula de pleno direito	806
Bibliografia	811
Índice Onomástico	821
Índice Alfabético de Assuntos	825
Índice dos Fluxogramas	851

ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação	XXIX
--------------------	------

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução	1
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	2
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	4
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	6
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	7
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias	7
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro	8
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005	9
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
633 – Conclusões	12
634 – Direito intertemporal	14
§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória	
635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	16
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	18
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	19
636-a-1 – Tutela interdital como padrão	22
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor	22
636-c – Sucumbência	23

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias	
637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer	25
638 – Execução específica e execução substitutiva	26
§ 96 – Técnicas Processuais	
639 – Tutela específica	27
639-a – Tutela substitutiva	28
639-b – Defesa do executado	29
639-c – Medidas de apoio	30
639-d – A multa (<i>astreinte</i>)	31

639-e – Execução da multa	34
639-f – Obrigações de não fazer	36
639-g – Encerramento do processo	36
§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade	
640 – Execução das prestações de declaração de vontade	38
640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	39
640-b – A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	41
640-c – Natureza jurídica da sentença.....	41
Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa	
§ 98 – Noções Introdutórias	
641 – Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	43
641-a – Execução específica e execução substitutiva	43
§ 99 – Técnica Processual	
642 – Procedimento pós-sentença	45
643 – Tutela substitutiva	45
644 – Multa e outras medidas de apoio	46
645 – Obrigação genérica	46
646 – Retenção por benfeitorias	47
Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa	
§ 100 – Noções Introdutórias	
647 – Noção de obrigação por quantia certa	49
648 – Execução por quantia certa fundada em sentença	49
649 – Multa legal	50
649-a – Jurisprudência em torno do artigo 475-J	51
§ 101 – Técnica Processual	
650 – Requerimento do credor	54
651 – O procedimento executivo	54
§ 102 – Defesa do Devedor	
652 – Impugnação do executado	56
653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença ...	57
653-a – O cumprimento da sentença e a prescrição	64
654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz	64
655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	64
655-a – O problema da iliquidez da sentença	65
655-b – A sentença homologatória de transação e a defesa do executado	66
656 – Procedimento da impugnação	66
657 – Efeito da impugnação	66
658 – Instrução probatória	66
659 – Julgamento da impugnação	67
659-a – Coisa julgada	67
Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos	
§ 103 – Enumeração Legal	
660 – Noções introdutórias	69

660-a – Medidas preparatórias	70
660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira	70
660-c – Encerramento da execução de sentença	71
§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil	72
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	74
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito	76
663-a – Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	78
664 – Pensionamento em salários mínimos	79
665 – Sentença penal condenatória	79
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação	81
667 – Homologação de acordo extrajudicial	81
668 – Sentença arbitral	82
669 – Sentença estrangeira	82
670 – O formal de partilha	83
§ 105 – Particularidades de alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas	84
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	84
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	86
673 – Julgamento fracionado da lide	86
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias	88
675 – Fundamentos da execução provisória	88
676 – Execução de título extrajudicial embargada	89
677 – Situação do tema no código	89
678 – Normas básicas da execução provisória	90
678-a – Incidentes da execução provisória	93
678-b – Processamento da execução provisória	93
678-c – Execução provisória por quantia certa	93
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença	94
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	94
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa	95
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral	95
679-d – Competência para execução civil da sentença penal	95
679-e – Competência internacional	96
Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido	
§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida	97
681 – Execução da sentença ilíquida	97
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais	98
682 – Casos de iliquidez da sentença	99
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença	99
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios	100
682-c – Limites da liquidação	101
682-d – Contraditório	102
682-e – Liquez parcial da sentença	102

682-f – Liquidação por iniciativa do vencido.....	102
682-g – Recursos	103
682-h – Liquidação frustrada	103
§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis	105
683-a – Liquidação por cálculo	105
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos.....	106
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva.....	106
683-d – Liquidação por arbitramento.....	107
683-e – Liquidação por artigos.....	108
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação.....	109
683-g – Rescisão da decisão liquidatória.....	110
683-h – Direito intertemporal	111

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada	
684 – Vias de execução	115
685 – O processo judicial	116
686 – Processo de conhecimento e processo de execução.....	116
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	117
686-b – Visão unitária da jurisdição.....	118
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada.....	118
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	119
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	119
686-f – Meios de execução	120
686-g – Autonomia do processo de execução.....	121
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução.....	122
686-i – Novos rumos da execução de sentença	122
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial	123
686-l – Direito intertemporal	125
686-m – Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução	127
§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
687 – Princípios informativos do processo de execução	128
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real.....	129
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	129
687-c – Princípio da utilidade da execução	129
687-d – Princípio da economia da execução.....	130
687-e – Princípio da especificidade da execução	130
687-f – Princípio dos ônus da execução	130
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana.....	131
687-h – Princípio da disponibilidade da execução	131
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	132
687-j – Honorários advocatícios na desistência da execução	133
§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução	
688 – As várias formas de execução.....	135

688-a – Execução singular e execução coletiva	135
689 – Atos de execução.....	136
690 – Relação processual executiva	137
691 – A citação executiva	138
§ 113 – Execução Provisória e Definitiva	
692 – Procedimento da execução forçada.....	139
692-a – Observações sobre a petição inicial	140
692-b – Execução provisória de título extrajudicial.....	140
§ 114 – Disposições Gerais	
693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	143
694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	143

Capítulo XXIX – Requisitos para Realizar qualquer Execução

§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada	
695 – Pressupostos processuais e condições da ação.....	147
696 – O título executivo	148
696-a – Função do título executivo	148
696-b – Efeito prático do título executivo	149
696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	150
696-d – Formas dos títulos executivos	151
697 – O inadimplemento do devedor	152
697-a – O inadimplemento em contrato bilateral	153

Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
698 – Elementos do processo executivo	155

Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

§ 117 – Partes. Legitimação Ativa	
699 – Nomenclatura	157
700 – Legitimação ativa	157
701 – Legitimação ativa originária do credor.....	158
702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	158
703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	158
704 – Espólio	159
705 – Herdeiros e sucessores	160
706 – Cessionário	160
707 – Sub-rogado	161
708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	162
709 – Terceiros interessados	162
§ 118 – Legitimação Passiva	
710 – Legitimação passiva.....	163
711 – Dívida e responsabilidade.....	163
712 – O devedor.....	164
713 – Espólio e sucessores	165
714 – O novo devedor.....	166

715 – Fiador judicial.....	167
715-a – Fiador extrajudicial	168
716 – Responsável tributário.....	169
717 – Revelia do devedor e curador especial.....	172
§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
718 – Litisconsórcio	173
719 – Assistência.....	174
720 – Denúnciação da lide.....	174
721 – Chamamento ao processo	175
§ 120 – Processo Cumulativo	
722 – Cumulação de execuções	177
722-a – Cúmulo subjetivo	178

Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

§ 121 – O Órgão Judicial	
723 – Juízo competente para a execução	181
723-a – Execução de sentença	181
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	182
723-c – Competência para a execução fiscal	183
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	183
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos	183

Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 122 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exequíveis	185
724-a – Resquícios da execução pessoal	185
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade.....	187
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor.....	188
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.....	189
728 – Responsabilidade executiva secundária	189
729 – Excussão de bens do sucessor singular	190
730 – Excussão de bens do sócio.....	191
730-a – Desconsideração da personalidade jurídica	192
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica.....	193
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	194
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação.....	194
734 – Bens alienados em fraude de execução	195
735 – Casos de fraude de execução.....	196
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor	197
736-a – A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução	200
736-b – A posição do terceiro adquirente em face da execução.....	201
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção.....	202
738 – Excussão de bens do fiador.....	202
739 – Bens de espólio	203

Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva.....	205
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	206
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	207
743 – Títulos cambiários e cambiariformes.....	208
744 – Duplicatas.....	208
745 – Responsáveis cambiários	209
746 – Documento público ou particular	210
746-a – Contrato com convenção arbitral.....	210
747 – Confissões de dívida	211
747-a – Contrato de abertura de crédito	211
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução	213
748-a – Execução hipotecária	215
748-b – Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	217
749 – Classificação das garantias	217
750 – Seguros	218
751 – Rendas imobiliárias.....	219
752 – Encargo de condomínio.....	219
753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários	220
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	220
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	223
756 – Títulos executivos definidos em outras leis.....	224
757 – Títulos estrangeiros	225

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	227
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	227
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	229
760 – A documentação da petição inicial.....	229
761 – Outras providências a cargo do credor.....	230
762 – Obrigações alternativas	230
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	231
764 – Medidas acautelatórias	231
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	231
764-b – Efeito da averbação	232
764-c – Abuso do direito de averbação	232
765 – Dívida sujeita à contraprestação	233
766 – Petição inicial incompleta ou mal instruída	233
767 – Execução e prescrição	234
768 – Nulidades no processo de execução.....	235
769 – Imperfeição do título executivo	235
770 – Falta de título executivo.....	235
771 – Nulidade da execução fiscal	236
772 – Vício da citação.....	236
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	237
774 – A arguição das nulidades.....	238

775 – A arrematação de bem gravado com direito real	238
775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor	239
776 – Execução realizável por vários meios	240
776-a – Peculiaridades da citação executiva	241

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito	243
778 – Entrega de coisa certa	244
779 – Procedimento	244
779-a – Cominação de multa diária	245
780 – Efeito dos embargos	246
781 – Alienação da coisa devida	246
782 – Execução da obrigação substitutiva	247
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	247
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	248
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	249
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	249
784-c – Embargos de retenção	250
785 – Execução para entrega de coisa incerta	250
786 – Medidas de coerção e apoio	251

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato	255
788 – Fungibilidade das prestações	256
789 – Astreinte: a multa como meio de coação	256
790 – Distinções preliminares	258
791 – Princípios comuns	258
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444	259
793 – Execução das prestações fungíveis	259
794 – Realização da prestação fungível por terceiro	260
795 – Inadimplência do terceiro contratante	261
796 – Realização da prestação pelo próprio credor	261
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC ...	262
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil	263
798 – Execução das prestações infungíveis	264
799 – Execução das obrigações de não fazer	264
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	264

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	269
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados ...	270
803 – Espécies	271

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	273

805 – Proposição	273
805-a – Procedimento da penhora e avaliação	275
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	276
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial	276
806-b – Redução da verba honorária	278

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora

807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	279
808 – Natureza jurídica da penhora	280
809 – Função da penhora	281
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	282
811 – Penhora de imóvel	284
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário	286
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	287

§ 132 – Objeto da Penhora

813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	289
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	290
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	295
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	296
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	297
815 – Bens relativamente impenhoráveis	298
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	299
817 – Limites da penhora	301
817-a – Valor dos bens penhoráveis	302
818 – Escolha dos bens a penhorar	302
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	303
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	304
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor	304
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	305
820-c – Situação dos bens a penhorar	306
821 – Bens fora da comarca	306

§ 133 – Realização e Formalização da Penhora

822 – Penhora pelo oficial de justiça	307
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro	308
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar	308
822-c – Frustração da diligência	308
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	308
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	309
825 – Intimação de penhora	310

§ 134 – Penhoras Especiais

826 – Particularidades da penhora de certos bens	312
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	312
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário	313
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada	314
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	316
826-e – Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa	316
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não devedor	318
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	319

827-a – Penhora de ações e quotas de sociedades empresárias.....	319
828 – Penhora de direitos e ações	319
829 – Penhora sobre créditos do executado.....	320
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	321
830-a – Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	321
831 – Penhora no rosto dos autos	322
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	322
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos.....	323
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	323
835 – Penhora de navio ou aeronave	324
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	324
§ 135 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	325
837-a – Substituição da penhora.....	326
837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes	327
837-c – Substituição por iniciativa do executado.....	327
837-d – Ausência de prejuízo para o exequente na substituição	328
837-e – Menor onerosidade para o executado.....	328
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	329
838 – Remição da execução por quantia certa	330
§ 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados.....	331
840 – Escolha do depositário.....	331
840-a – Depósito dos bens imóveis	332
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	332
840-c – Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	332
841 – Função do depositário	333
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	333
843 – Depositário comum e depositário administrador	334
844 – Responsabilidade do depositário	334
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	334
846 – Prisão civil do depositário judicial.....	335

Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

§ 137 – Expropriação	
847 – Conceito.....	337
848 – Avaliação.....	338
848-a – O encarregado da avaliação.....	339
848-b – Laudo de avaliação	339
848-c – Dispensa da avaliação	340
848-d – Avaliação de bem imóvel.....	340
848-e – Avaliação e contraditório.....	341
848-f – Repetição da avaliação	341
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	342
§ 138 – Adjudicação	
849 – Introdução	344
850 – Conceito de adjudicação	344
851 – Requisitos da adjudicação	345
851-a – Depósito do preço	346

851-b – Legitimação para adjudicar	346
851-c – Adjudicação por credor.....	347
851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado	348
851-e – Prazo para a adjudicação.....	348
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	349
853 – Auto de adjudicação	350
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação.....	351
853-b – Carta de adjudicação	351
§ 139 – Alienação por Iniciativa Particular	
854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	352
855 – Formalização da alienação por iniciativa particular.....	353
856 – Carta de alienação.....	354
§ 140 – Alienação em Hasta Pública	
857 – Conceito de hasta pública e arrematação	355
858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	356
859 – Leilão e praça	357
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública.....	357
861 – Intimação do devedor	358
861-a – Outras intimações	359
862 – Adiamento da hasta pública.....	360
863 – A hasta pública.....	360
864 – Legitimação para arrematar	361
865 – Forma de pagamento da arrematação	362
866 – Auto de arrematação.....	363
867 – Arrematação de imóveis.....	364
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	365
867-b – Requisitos mínimos da proposta	365
867-c – O cumprimento das prestações.....	365
868 – Perda de eficácia da arrematação	365
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação	369
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	369
871 – Carta de arrematação.....	370
872 – Efeitos da arrematação	372
873 – Evicção e arrematação	372
874 – Vícios redibitórios.....	373
875 – Ação anulatória da arrematação	374
876 – Remição dos bens arrematados	375

Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor.....	377
877-a – Última etapa do processo de execução	378
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro.....	379
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	379
879-a – O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado ..	381
880 – Procedimento do concurso particular	382

§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel.....	383
882 – Efeitos do usufruto judicial.....	385

Capítulo XLIII – Execução contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	389
883-a – Julgamento	391
883-b – Sequestro de verbas públicas	392
884 – Exceções ao regime dos precatórios	392
884-a – Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais	394
884-b – Credores listisconsorciados	394
884-c – Possibilidade de fracionamento do precatório	395
884-d – Cessão e compensação no âmbito dos precatórios	396
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença	396
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	397
887 – Execução provisória	398
888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	398
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	400
889 – Execução de obrigação de dar.....	400
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública	401

Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	405
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	405
892 – Averbação em folha de pagamento	406
893 – Prisão civil do devedor	406
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	407
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	408
895-a – Execução provisória	409

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução.....	411
896-a – Outros meios impugnativos	412
896-b – Embargos e impugnação	413
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução.....	416
897-a – Classificação dos embargos do devedor	416
898 – Legitimação	417
898-a – Autonomia dos embargos de cada coexecutado	418
899 – Competência	419
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	420
900-a – Segurança do juízo	422
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	423
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	424
901 – Rejeição liminar dos embargos.....	424

902 – Procedimento	427
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	428
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	429
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado	430
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução	431
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	432
905-b – Embargos parciais	433
905-c – Embargos de um dos coexecutados	433
906 – Embargos fundados em excesso de execução	433
907 – Embargos à execução de sentença	434
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento	435
909 – Embargos de retenção por benfeitorias	435
910 – Embargos à execução de título extrajudicial	435
910-a – Arguição de nulidade da execução	436
910-b – Vícios da penhora e da avaliação	437
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	438
910-d – Retenção por benfeitorias	439
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento	440
911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	440
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	441
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746	442
911-c – Objeto dos embargos do art. 746	443
911-d – A posição especial do arrematante	444
911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746	444
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados	445
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746	445
912 – Exceção de pré-executividade	445
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade	447
§ 147 – Parcelamento Forçado do Crédito Exequendo	
913 – Moratória legal	449
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento	449
913-b – Procedimento do incidente	450
913-c – Indeferimento do parcelamento	451
913-d – Descumprimento do parcelamento	451
§ 148 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	452
915 – Legitimação ativa	452
916 – Legitimação passiva	453
917 – Valor da causa	453
918 – Competência	454
919 – Oportunidade	454
920 – Julgamento e recurso	454
921 – Procedimento	454
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	455
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	456

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 149 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	457

925 – Pressupostos da execução coletiva	458
926 – Efeitos da declaração de insolvência	460
927 – Características da execução coletiva.....	461
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	461
§ 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	463
930 – Caracterização da insolvência	464
§ 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	466
932 – Insolvência requerida pelo credor	467
933 – Caráter facultativo da ação concursal.....	468
934 – Insolvência de cônjuges.....	468
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	468
§ 152 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	470
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	471
§ 153 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	474
§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência.....	475
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa.....	477
941 – Atribuições do administrador.....	478
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	479
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	480
944 – Quadro geral de credores	481
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	483
946 – Encerramento e suspensão do processo	484
947 – Saldo devedor.....	485
948 – Extinção das obrigações	485
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil.....	488
950 – Pensão para o devedor.....	488
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	489
951-a – Editais.....	489

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	493
953 – Casos de suspensão.....	494

954 – Suspensão provocada por embargos.....	495
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III.....	495
955-a – Suspensão por transação.....	496
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	496
957 – Efeitos da suspensão.....	498
958 – Extinção da execução.....	499
959 – Extinção por satisfação do direito do credor.....	499
960 – Extinção por remissão da dívida.....	499
961 – Extinção por renúncia.....	499
962 – Outros casos de extinção da execução.....	500
963 – Sentença de extinção.....	500
964 – Coisa julgada.....	502
§ 160 – Recursos no Processo de Execução.....	
965 – O problema recursal na execução.....	503
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes.....	503
967 – Casos de cabimento da apelação.....	504
968 – Casos de agravo de instrumento.....	504
969 – Efeitos dos recursos.....	505
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	505
970 – Causas de alçada.....	506

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo.....	
971 – Processo e tempo.....	507
972 – Processo principal e processo cautelar.....	508
973 – A ação cautelar.....	509
974 – Medidas cautelares.....	509
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade.....	510
976 – Provisoriidade.....	511
977 – Revogabilidade.....	511
978 – Autonomia.....	512
979 – Classificação das medidas cautelares.....	513
980 – Classificação do direito positivo.....	513
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil.....	515
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas.....	515
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória.....	516
§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar.....	
983 – Requisitos da tutela cautelar.....	518
984 – O <i>fumus boni iuris</i>	518
985 – <i>Periculum in mora</i>	519
986 – Oportunidade da providência cautelar.....	520
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i>	520
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i>	521
§ 163 – Poder Geral de Cautela.....	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas.....	523

990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	524
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	524
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	524
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	525
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	526
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	526
996 – Limites do poder geral de cautela	527

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	531
998 – Competência	532
999 – Competência e prevenção do juízo	532
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	533
1.000-a – Intervenção de terceiros	535
§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar	536
1.002 – Provas	536
1.003 – Instrução do processo cautelar	537
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	538

Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	539
1.006 – Procedimentos cautelares	540
1.007 – Autuação própria	540
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	540
1.009 – Estabelecimento da relação jurídico-processual	542
§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial	543
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	544
1.012 – Lide e seu fundamento	544
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	545
1.014 – Provas a produzir	546
1.015 – O pedido	546
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	546
§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido	548
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	548
1.019 – Revelia	549
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	549
§ 169 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i>	550
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	551
1.023 – Contracautela	552

Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 170 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar.....	553
1.025 – Coisa julgada.....	553
1.026 – Limites da sentença.....	554
1.027 – Fundamentação.....	554
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios.....	554
§ 171 – Execução das Medidas Cautelares	
1.029 – Execução em matéria cautelar.....	557
1.030 – Figura unitária do processo cautelar.....	557
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução.....	558
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar.....	558

Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 172 – Fungibilidade	
1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares.....	561
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar.....	561
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva.....	562
1.036 – Procedimento.....	562
§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar.....	564
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal.....	564
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal.....	565
1.040 – Conclusão.....	565
1.041 – Suspensão do processo.....	566
§ 174 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar.....	567
1.043 – Processamento da extinção.....	567
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia.....	568
§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade.....	569
1.046 – Procedimento.....	570
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar.....	570

Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar

§ 176 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação.....	571
1.049 – Agravo.....	571
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial.....	572

Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente.....	573
1.052 – Liquidação e execução da indenização.....	574

Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 178 – Arresto	
1.053 – Conceito.....	575
1.054 – Arresto e sequestro.....	576
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	576
1.056 – Prova de dívida líquida e certa.....	576
1.057 – Fundado receio de dano.....	577
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto.....	578
1.059 – Prova documental	578
1.060 – Justificação prévia	578
1.061 – Caução	579
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente.....	579
1.063 – Bens arrestáveis.....	580
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	580
1.065 – Competência	581
1.066 – Procedimento	581
1.067 – Execução do arresto	582
1.068 – Depositário.....	582
1.069 – Suspensão da execução do arresto	583
1.070 – Efeitos do arresto.....	583
1.071 – Extinção do arresto	584
§ 179 – Sequestro	
1.072 – Conceito.....	586
1.073 – Ação de sequestro	586
1.074 – Procedimento	587
1.075 – Disciplina comum do arresto e do sequestro	587
1.076 – Cabimento do sequestro.....	587
1.077 – Objeto do sequestro	588
1.078 – Requisitos de admissibilidade do sequestro.....	588
1.079 – Casuísmo legal.....	589
1.080 – Receio de rixas e danificações.....	589
1.081 – Sequestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando.....	590
1.082 – Sequestro a propósito de ações matrimoniais	591
1.083 – Outras previsões legais de sequestro	591
1.084 – Execução e efeitos do sequestro	591
§ 180 – Caução	
1.085 – Conceito.....	594
1.086 – Classificação	594
1.087 – Cauções legais	595
1.088 – Cauções negociais	595
1.089 – Caução processual.....	595
1.090 – A ação de caução	595
1.091 – Objeto da caução	596
1.092 – Legitimação e competência.....	596
1.093 – Procedimento	597
1.094 – Cauções tipicamente cautelares.....	597
1.095 – Execução da sentença	598
1.096 – Caução às custas.....	598
1.097 – Reforço da caução	599

§ 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito.....	601
1.099 – Classificação.....	601
1.100 – Pressupostos.....	602
1.101 – Objeto.....	602
1.102 – Competência.....	603
1.103 – Procedimento.....	603
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais.....	604
§ 182 – Exibição	
1.105 – Conceito.....	606
1.106 – Ação de exibição.....	606
1.107 – Classificação.....	607
1.108 – Exibição incidental.....	607
1.109 – Ação cautelar exhibitória.....	608
1.110 – Exibição de coisas móveis.....	608
1.111 – Exibição de documentos.....	608
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial.....	609
1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte.....	610
1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro.....	612
1.115 – Eficácia da exibição.....	613
1.116 – Prevenção de competência.....	613
1.117 – Ação exhibitória e medida liminar.....	613
§ 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova.....	616
1.119 – Ação cautelar antecipatória.....	616
1.120 – Cabimento.....	617
1.121 – Oportunidade.....	619
1.122 – Objeto da antecipação de prova.....	619
1.123 – Competência.....	619
1.124 – Procedimento.....	620
1.125 – Sentença.....	620
1.126 – Valoração da prova antecipada.....	621
1.127 – Eficácia.....	621
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i>	621
1.129 – Despesas processuais.....	622
1.130 – Destino dos autos.....	622
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos.....	624
1.132 – Alimentos provisionais.....	624
1.133 – Cabimento e oportunidade.....	625
1.134 – Legitimação.....	626
1.135 – Competência.....	626
1.136 – Procedimento.....	626
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais.....	627
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais.....	628
1.139 – Outras ações de cunho alimentar.....	628
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos.....	629
1.141 – Execução.....	629

§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	631
1.143 – Pressupostos	631
1.144 – Objetivo da medida	632
1.145 – Legitimação	632
1.146 – Procedimento	632
1.147 – O contraditório	633
1.148 – Sentença	634
1.149 – Eficácia	634
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito	636
1.151 – Natureza jurídica	636
1.152 – Objetivo	637
1.153 – Competência	637
1.154 – Procedimento	637
1.155 – Julgamento da justificação	638
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	640
1.157 – Protesto	640
1.158 – Notificação	641
1.159 – Interpelação	641
1.160 – Indeferimento do pedido	642
1.161 – Contraprotesto	643
1.162 – Procedimento	643
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	644
§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	646
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	647
1.166 – Procedimento	647
1.167 – Sentença	648
1.168 – Execução	648
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	651
1.170 – Natureza da ação	651
1.171 – Legitimação	652
1.172 – Procedimento	652
1.173 – Sentença	653
1.174 – Efeitos	654
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito	656
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	656
1.177 – Cabimento	657
1.178 – Pressupostos do atentado	657
1.179 – Exame do casuísmo legal	657
1.180 – Legitimidade	659
1.181 – Competência	659
1.182 – Procedimento	659
1.183 – Sentença	660

1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo.....	661
1.184-a – Perdas e danos.....	661
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário.....	663
1.185-a – Procedimento.....	664
1.185-b – Registro do protesto.....	664
1.185-c – Dúvidas do Oficial.....	664
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor.....	665
§ 192 – Outras Medidas Provisionais	
1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC.....	669
1.186-a – Procedimento.....	669

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material	671
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	672
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	673
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	675
1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência	677
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	679
1.187-f – Conclusão	681
§ 194 – Tutela Antecipada	
1.188 – Introito	682
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela	684
1.188-b – Justificação da tutela antecipada	685
1.188-c – Conceito de tutela antecipada.....	686
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais.....	687
1.188-e – Casos de antecipação de tutela.....	689
1.188-e-1 – Contestação parcial.....	690
1.188-f – Extensão.....	690
1.188-g – Pressupostos	691
1.188-h – Outros pressupostos.....	692
1.188-i – Momento ou oportunidade.....	693
1.188-j – Provisoriedade.....	694
1.188-l – Reversibilidade.....	694
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público.....	695
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada	696
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	698
1.188-p – Conclusão	698
§ 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas	
1.189 – Noção de antecipação de tutela.....	700
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada	701

1.189-b – Natureza das providências antecipatórias.....	701
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito.....	703
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório ...	709
1.189-e – Conclusão	710
§ 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias	
1.190 – Jurisdição e execução	711
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução.....	712
1.190-b – Medidas cautelares.....	713
1.190-c – Execução das medidas cautelares	714
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	715
1.190-e – Tutela antecipatória	718
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela	719
§ 197 – Necessidade de não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Introito	721
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela.....	723
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	725
1.191-c – Conclusão	728
§ 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil.....	729
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil.....	731
1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias.....	734
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução	737
1.192-d – Conclusão	739
Bibliografia	741
Índice Onomástico.....	757
Índice Alfabético de Assuntos	761
Índice dos Fluxogramas.....	797

Nota da Editora: o Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.

Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

48^a edição Revista,
atualizada
e ampliada

- EXECUÇÃO FORÇADA
 - Cumprimento de sentença
 - Execução de títulos extrajudiciais
- PROCESSOS NOS TRIBUNAIS
- RECURSOS
- DIREITO INTERTEMPORAL



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1989

48ª edição – 2016

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 30.03.2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – Execução forçada, processo nos tribunais, recursos e direito intertemporal – vol. III / Humberto Theodoro Júnior. 48. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7054-3

9785309

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDU: 347.9

347.9(81)
/341.46/

Índice da Matéria

Apresentação à 48ª edição XXXVII

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I – As Vias de Execução do Novo Código de Processo Civil Brasileiro

Capítulo I – Panorama das Vias Executivas

§ 1º A abolição da ação de execução de sentença	3
1. Introdução	3
2. O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	5
3. A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	7
4. O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno.....	9
5. A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	10
6. A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro	11
7. Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	14
8. Observações conclusivas.....	16

Capítulo II – Cumprimento da Sentença no Novo Código de Processo Civil

§ 2º Disposições gerais	19
9. Introdução	19
10. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	20
11. Cumprimento de sentença e contraditório	23
12. Necessidade de requerimento do exequente	24
13. Intimação do devedor	25
14. Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários	27
15. Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	28
16. A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva.....	29

17.	Tutela interdita como padrão.....	33
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor	34
19.	Sucumbência	36
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	38
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	41
§ 3º	Os títulos executivos judiciais.....	42
22.	Enumeração legal.....	42
23.	Medidas preparatórias especiais	44
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras.....	45
25.	Encerramento do cumprimento da sentença.....	46
26.	Sentença condenatória civil.....	47
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública	49
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	50
29.	Ação declaratória e prescrição	52
30.	Decisão homologatória de autocomposição	53
31.	O formal e a certidão de partilha	56
32.	Crédito de auxiliar da justiça.....	57
33.	Sentença penal condenatória	58
34.	Sentença arbitral	60
35.	Decisão estrangeira.....	61
§ 4º	Particularidades de alguns títulos executivos judiciais.....	63
36.	Condenações a prestações alternativas.....	63
37.	Julgamento fracionado da lide	64
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória.....	65
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado	65
§ 5º	Competência	68
40.	Juízo competente para o cumprimento da sentença	68
41.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	68
42.	Competência opcional para o cumprimento da sentença	70
43.	Competência para cumprimento da sentença arbitral	71
44.	Competência para execução do efeito civil da sentença penal	71
45.	Competência internacional.....	72
§ 6º	Defesa do devedor	74
46.	Impugnação do executado.....	74
47.	Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação.....	75
48.	Ausência de preclusão.....	75
49.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação	75

50. Natureza jurídica da impugnação.....	77
51. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	78
52. O cumprimento da sentença e a prescrição	90
53. Impedimento ou suspeição do juiz.....	93
54. Executados com diferentes procuradores.....	93
55. Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante a obrigação de quantia certa.....	93
56. Efeito da impugnação.....	93
57. O problema da iliquidez da sentença	94
58. As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado.....	96
59. Procedimento da impugnação	96
60. Instrução probatória.....	97
61. Julgamento da impugnação.....	97
62. Coisa julgada	98

*Capítulo III – Cumprimento da Sentença que Reconhece
a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa*

§ 7º Noções introdutórias.....	99
63. Noção de obrigação por quantia certa.....	99
64. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia	99
65. Requerimento do credor	101
66. Intimação do devedor	102
67. Inexecutividade do fiador e outros coobrigados	103
§ 8º Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	105
68. Cabimento	105
69. Multa legal e honorários de advogado	105
70. Contagem do prazo para pagamento	109
71. Penhora e avaliação	110
72. O procedimento executivo	110
73. Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença	111
74. Defesa do executado.....	112
75. Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor	113
76. Parcelamento da dívida.....	113
77. Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório	113
§ 9º Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	115
78. Noções introdutórias	115
79. Fundamentos da execução provisória.....	116
80. Execução de título extrajudicial embargada	116

81. Situação do tema no Código novo	117
82. Normas básicas da execução provisória	119
83. Casos de dispensa de caução	123
84. Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	124
85. Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....	125
86. Incidentes da execução provisória.....	126
87. Procedimento do cumprimento provisório	126
88. Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença	127

Capítulo IV – Cumprimento de Sentenças de Obrigação de Quantia Certa sob Regime Especial

§ 10. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	129
89. A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença.....	129
90. Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos.....	130
91. Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia ..	132
92. Sentenças de indenização por ato ilícito	137
93. Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	140
94. Pensionamento em salários mínimos	141
§ 11. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	143
95. Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública.....	143
96. Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	144
97. Procedimento	145
98. Defesa da Fazenda	148
99. Execução provisória	150
100. Sequestro de verbas públicas.....	151
101. Exceções ao regime dos precatórios.....	152
102. Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	154
103. Credores litisconsorciados.....	155
104. Possibilidade de fracionamento do precatório	156
105. Cessão e compensação no âmbito dos precatórios	156
106. Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta....	158
107. O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	158
108. Procedimento para obtenção do precatório complementar	161

Capítulo V – Cumprimento de Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de não Fazer ou de Entregar Coisa

§ 12. Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer.....	163
--	-----

109. Noção de obrigação de fazer e não fazer	163
110. Execução específica e execução substitutiva	164
111. Correta prestação da tutela substitutiva	166
112. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença	168
113. A multa (<i>astreinte</i>).....	169
114. Defesa do executado.....	180
§ 13. Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	182
115. Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	182
116. Procedimento do cumprimento de sentença	182
117. Impugnação do executado.....	184
118. Execução das obrigações de não fazer	185
119. Medidas de apoio.....	186
§ 14. A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade	189
120. Execução das prestações de declaração de vontade	189
121. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	191
122. A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	192
123. Natureza jurídica da sentença	193
§ 15. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	195
124. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa).....	195
125. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	195
126. Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico	198
127. Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva...	200
128. Procedimento	200
129. Defesa do executado.....	201
130. Obrigação genérica.....	202
131. Retenção por benfeitorias.....	203
132. Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	204
133. Encerramento do processo.....	205

Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo VI – Processo de Execução

§ 16. Princípios gerais da execução forçada	207
134. Disposições gerais.....	207
135. Vias de execução	209
136. O processo judicial	209
137. Processo de conhecimento e processo de execução.....	210
138. Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	211

139. Visão unitária da jurisdição.....	213
140. Realização da sanção: fim da execução forçada.....	213
141. Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	214
142. Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	215
143. Meios de execução.....	216
144. Autonomia do processo de execução.....	217
145. Cumprimento da sentença e processo de execução.....	218
146. Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial.....	219
147. Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução.....	220
§ 17. Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....	222
148. Princípios informativos do processo de execução.....	222
149. Princípio da realidade: toda execução é real.....	223
150. Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor.....	223
151. Princípio da utilidade da execução.....	224
152. Princípio da economia da execução.....	224
153. Princípio da especificidade da execução.....	224
154. Princípio dos ônus da execução.....	225
155. Princípio do respeito à dignidade humana.....	226
156. Princípio da disponibilidade da execução.....	226
157. Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo.....	227
158. Honorários advocatícios na desistência da execução.....	229
§ 18. Formas de execução e atos de execução.....	231
159. As várias formas de execução.....	231
160. Execução singular e execução coletiva.....	231
161. Atos de execução.....	232
162. Relação processual executiva.....	234
163. A citação executiva.....	235
§ 19. Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial.....	237
164. Procedimento da execução forçada.....	237
165. Observações sobre a petição inicial.....	238
166. Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	239
§ 20. Disposições gerais.....	242
167. Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução.....	242
168. Poderes do juiz no processo de execução.....	243
169. Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução.....	245
170. Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	248
171. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	248

Capítulo VII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

§ 21. Pressupostos e condições da execução forçada.....	251
172. Pressupostos processuais e condições da ação.....	251
173. O título executivo	252
174. Função do título executivo	253
175. Efeito prático do título executivo.....	254
176. Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	255
177. Formas dos títulos executivos	257
178. A exigibilidade da obrigação	258
179. O inadimplemento em contrato bilateral	260

Capítulo VIII – A Relação Processual e seus Elementos

§ 22. Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução	263
180. Elementos do processo executivo	263

Capítulo IX – Elementos Subjetivos (I)

§ 23. Partes. Legitimação ativa	265
181. Nomenclatura.....	265
182. Legitimação ativa.....	266
183. Legitimação ativa originária do credor.....	266
184. Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	267
185. Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	267
186. Espólio.....	268
187. Herdeiros e sucessores	269
188. Cessionário	270
189. Sub-rogado	270
190. Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	272
191. Terceiros interessados	272
192. Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente	273
§ 24. Legitimação passiva.....	274
193. Legitimação passiva.....	274
194. Dívida e responsabilidade.....	274
195. O devedor	276
196. Espólio e sucessores.....	276
197. O novo devedor.....	279
198. Fiador judicial	280
199. Fiador extrajudicial.....	281
200. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito....	283

201. Responsável tributário	284
202. Revelia do devedor e curador especial.....	287
§ 25. Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução	289
203. Litisconsórcio	289
204. Assistência	290
205. Denúnciação da lide	291
206. Chamamento ao processo	292
§ 26. Processo cumulativo.....	295
207. Cumulação de execuções.....	295
208. Cumulação sucessiva de execuções	297
209. Cúmulo subjetivo.....	297

Capítulo X – Elementos Subjetivos (II)

§ 27. O órgão judicial.....	299
210. Juízo competente para a execução.....	299
211. Execução de sentença.....	299
212. Competência para execução de títulos extrajudiciais	300
213. Competência para a execução fiscal.....	301
214. Título executivo extrajudicial estrangeiro	301
215. Competência para deliberação sobre os atos executivos.....	302

Capítulo XI – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 28. Objeto da atividade executiva	305
216. Bens exequíveis	305
217. Resquícios da execução pessoal	305
§ 29. Responsabilidade patrimonial	307
218. Obrigação e responsabilidade	307
219. Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor.....	309
220. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.....	310
221. Responsabilidade executiva secundária.....	310
222. Excussão de bens do sucessor singular	311
223. Excussão de bens do sócio.....	314
224. Desconsideração da personalidade jurídica.....	316
225. Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica.....	317
226. Bens do devedor em poder de terceiros	318
227. Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação.....	318
228. Bens alienados em fraude à execução	320
229. Casos de fraude de execução.....	322
230. Fraude à execução e insolvência do devedor	326
231. A fraude por meio de negócio financeiro.....	329

232. A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução.....	330
233. A posição do terceiro adquirente em face da execução.....	332
234. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	333
235. Bens sujeitos ao direito de retenção.....	334
236. Excussão de bens do fiador.....	334
237. Bens de espólio.....	335
238. Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície.....	336
239. A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução.....	336

Capítulo XII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 30. Execução de títulos extrajudiciais.....	341
240. Execução de sentença e ação executiva.....	341
241. Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança.....	342
§ 31. Títulos executivos extrajudiciais.....	343
242. Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação.....	343
243. Títulos cambiários e cambiariformes.....	345
244. Duplicatas.....	346
245. Responsáveis cambiários.....	347
246. Documento público ou particular.....	348
247. O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	349
248. Contrato com convenção arbitral.....	350
249. Confissões de dívida.....	351
250. Contrato de abertura de crédito.....	351
251. Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução.....	353
252. Execução hipotecária.....	355
253. Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	358
254. A hipoteca e a prescrição.....	359
255. Classificação das garantias.....	360
256. Seguros.....	361
257. Rendas imobiliárias.....	362
258. Aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	362
259. Encargo de condomínio.....	363
260. Dívida ativa da Fazenda Pública.....	364
261. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	368
262. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	368
263. Títulos executivos definidos em outras leis.....	368
264. Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título....	369
265. Títulos estrangeiros.....	371

Capítulo XIII - Disposições Gerais

§ 32. Regras pertinentes às diversas espécies de execução	373
266. Organização da matéria no Código de Processo Civil	373
267. Direito de preferência gerado pela penhora.....	374
268. Tutela aos privilégios emergentes da penhora	377
269. A petição inicial	377
270. A documentação da petição inicial	377
271. Outras providências a cargo do credor.....	379
272. Obrigações alternativas.....	379
273. Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação	380
274. Penhora que recai sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada	380
275. Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	381
276. Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada.....	381
277. Medidas acautelatórias.....	382
278. Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público	383
279. Efeito da averbação.....	383
280. Abuso do direito de averbação.....	384
281. Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	385
282. Execução e prescrição	385
283. Nulidades no processo de execução.....	387
284. Imperfeição do título executivo	387
285. Falta de título executivo.....	388
286. Nulidade da execução fiscal	388
287. Vício da citação	389
288. Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	390
289. A arguição das nulidades.....	391
290. A arrematação de bem gravado com direito real	392
291. Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor	393
292. Execução realizável por vários meios.....	394
293. Peculiaridades da citação executiva	395

Capítulo XIV - Execução para Entrega de Coisa

§ 33. Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa	397
294. Conceito	397
295. Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa.....	398
296. Procedimento	399
297. Cominação de multa diária	401
298. Regime dos embargos do executado	402

299. Alienação da coisa devida.....	403
300. Execução da obrigação substitutiva	404
301. Execução de coisa sujeita a direito de retenção	405
302. Embargos de retenção	406
303. Execução para entrega de coisa incerta	406
304. Medidas de coerção e apoio	407

Capítulo XV – Execução das Obrigações de Fazer e não Fazer

§ 34. Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer.....	411
305. O problema da execução das prestações de fato.....	411
306. Fungibilidade das prestações.....	412
307. <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	413
308. Distinções preliminares	415
309. Princípios comuns	416
310. Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	417
311. Execução das prestações fungíveis	417
312. Realização da prestação fungível por terceiro.....	418
313. Inadimplência do terceiro contratante	420
314. Realização da prestação pelo próprio credor	420
315. O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817.....	422
316. Autotutela prevista no novo Código Civil.....	422
317. Execução das prestações infungíveis.....	423
318. Execução das obrigações de não fazer	424

Capítulo XVI – Execução por Quantia Certa

§ 35. Noções gerais.....	427
319. O objetivo da execução por quantia certa	427
320. Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados.....	428
321. Espécies.....	429

Capítulo XVII – Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente

§ 36. Fase de proposição.....	431
322. Execução por quantia certa contra devedor solvente	431
323. Proposição	432
324. Procedimento da penhora e avaliação	434
325. Arresto de bens do devedor não encontrado	435
326. Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	436
327. Redução da verba honorária	437
328. Majoração da verba honorária	438

Capítulo XVIII – Fase de Instrução (I)

§ 37. Penhora	439
329. A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	439
330. Natureza jurídica da penhora.....	440
331. Função da penhora	442
332. Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	444
333. Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público	446
334. Averbação da penhora no registro competente	449
335. Lugar de realização da penhora	450
336. Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução....	450
§ 38. Objeto da penhora	453
337. Bens penhoráveis e impenhoráveis	453
338. Bens impenhoráveis	454
339. Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	462
340. Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural	463
341. A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.....	463
342. Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	466
343. Bens relativamente impenhoráveis.....	467
344. As quotas ou ações de sociedades empresariais.....	467
345. Limites da penhora	470
346. Valor dos bens penhoráveis.....	471
347. Escolha dos bens a penhorar	471
348. A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	472
349. Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	474
350. Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado	475
351. Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	476
352. Situação dos bens a penhorar.....	477
353. Bens fora da comarca	477
§ 39. Realização e formalização da penhora.....	479
354. Penhora pelo oficial de justiça	479
355. Penhora de bens em mãos de terceiro	480
356. Dificuldade na localização dos bens a penhorar	480
357. Frustração da diligência.....	481
358. Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	481
359. Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	482
360. Intimação de penhora	483
§ 40. Penhoras especiais	485
361. Particularidades da penhora de certos bens.....	485

362. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	485
363. Impenhorabilidade do saldo bancário	491
364. Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	493
365. Penhora sobre créditos do executado	493
366. Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	495
367. Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	495
368. Penhora no rosto dos autos	496
369. Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	496
370. Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	497
371. Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas	498
372. Penhora de direitos e ações	499
373. Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes	500
374. Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária ...	501
375. Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	502
376. Penhora de navio ou aeronave	503
377. Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa.....	503
378. Penhora de parte do faturamento da empresa executada	503
379. Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	505
380. Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa	506
381. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	508
382. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	511
383. Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor	512
384. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens.....	513
§ 41. Alterações e resgate da penhora.....	515
385. Modificações da penhora	515
386. Substituição da penhora	516
387. Substituição por iniciativa de qualquer das partes.....	518
388. Substituição por iniciativa do executado.....	519
389. Ausência de prejuízo para o exequente na substituição	520
390. Menor onerosidade para o executado.....	520
391. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	521
392. Remição da execução por quantia certa	522
§ 42. Depósito e administração dos bens penhorados.....	524
393. Depósito dos bens penhorados.....	524
394. Escolha do depositário.....	524
395. Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	525
396. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	526
397. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....	526
398. Função do depositário.....	527

399. Alienação antecipada dos bens penhorados	527
400. Depositário comum e depositário administrador	529
401. Responsabilidade do depositário	529
402. Entrega de bens após a expropriação executiva	530
403. Prisão civil do depositário judicial	531

Capítulo XIX – Fase de Instrução (II)

§ 43. Expropriação	533
404. Conceito	533
405. Modalidades de expropriação	534
406. Avaliação	535
407. O encarregado da avaliação	536
408. Laudo de avaliação	537
409. Dispensa da avaliação	538
410. Avaliação de bem imóvel	539
411. Avaliação e contraditório	539
412. Repetição da avaliação	539
413. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	542
§ 44. Adjudicação	544
414. Introdução	544
415. Conceito de adjudicação	544
416. Requisitos da adjudicação	546
417. Intimação do executado	546
418. Depósito do preço	547
419. Legitimação para adjudicar	547
420. Adjudicação por credor	549
421. Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado	550
422. Prazo para a adjudicação	551
423. Concurso entre pretendentes à adjudicação	552
424. Auto de adjudicação	553
425. Aperfeiçoamento da adjudicação	554
426. Carta de adjudicação	554
427. Remição do imóvel hipotecado	555
§ 45. Alienação por iniciativa particular	557
428. As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular	557
429. O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular	559
430. Formalização da alienação por iniciativa particular	561
431. Carta de alienação	562
§ 46. Alienação em leilão judicial	564
432. Conceito de leilão judicial e arrematação	564

433. Espécies de hasta pública	565
434. Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa	566
435. Edital do leilão	566
436. Leiloeiro Público.....	567
437. Publicidade do edital.....	568
438. Intimação da alienação judicial ao devedor	569
439. Outras intimações da alienação judicial.....	570
440. Adiamento do leilão	573
441. O leilão judicial	573
442. Aquisição do bem leiloado a prazo	574
443. Legitimação para arrematar	576
444. Forma de pagamento e formalização da arrematação	578
445. Auto de arrematação	578
446. Arrematação de imóveis.....	580
447. Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações.....	582
448. Remédios contra os vícios da arrematação	582
449. Desistência da arrematação.....	583
450. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime anterior.....	584
451. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime do NCPC.....	586
452. Natureza da perda de efeitos da arrematação	588
453. Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros.....	590
454. Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do NCPC.....	590
455. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	590
456. Arrematação em execução provisória de título extrajudicial	591
457. Carta de arrematação	592
458. Arrematação e remição da execução.....	595
459. Efeitos da arrematação.....	596
460. Evicção e arrematação.....	597
461. Vícios redibitórios.....	598
462. Ação anulatória da arrematação	599
463. Remição dos bens arrematados	600
§ 47. Apropriação de frutos e rendimentos	602
464. Modalidade especial de expropriação.....	602
465. Iniciativa.....	603
466. Pressuposto.....	603
467. Procedimento	603
468. Pagamento ao exequente.....	603

Capítulo XX – Fase de Satisfação

§ 48. Pagamento ao credor de quantia certa.....	605
469. Satisfação do direito do exequente	605
470. Última etapa do processo de execução	606

§ 49. Pagamento por entrega do dinheiro.....	608
471. Entrega do dinheiro.....	608
472. Concurso de preferência sobre o produto da execução.....	609
473. O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	611
474. Procedimento do concurso particular	612

Capítulo XXI – Execução contra a Fazenda Pública

§ 50. Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do poder público.....	615
475. Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa	615
476. Defesa da Fazenda Pública	617
477. Julgamento.....	620

Capítulo XXII – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 51. Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos.....	623
478. Introdução	623
479. Execução autônoma da prestação alimentícia	623
480. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o NCPC.....	624
481. Averbação em folha de pagamento	625
482. Prisão civil do devedor.....	625
483. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos.....	627

Parte III – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XXIII – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 52. Embargos à execução	629
484. Resistência à execução	629
485. Outros meios impugnativos	631
486. Embargos e impugnação.....	632
487. Natureza jurídica dos embargos à execução	636
488. Classificação dos embargos do devedor	637
489. Legitimação	637
490. Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	639
491. Competência	640
492. Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	642
493. Segurança do juízo.....	645
494. Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	646
495. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	647
496. Rejeição liminar dos embargos.....	648

497. Procedimento.....	652
498. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	654
499. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	656
500. Os embargos à execução e a revelia do embargado.....	657
501. Efeitos dos embargos sobre a execução	659
502. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	660
503. Embargos parciais.....	662
504. Embargos de um dos coexecutados	662
505. Embargos fundados em excesso de execução	663
506. Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento.....	663
507. Embargos de retenção por benfeitorias	664
508. Matéria arguível nos embargos à execução	664
509. Arguição de nulidade da execução.....	665
510. Vícios da penhora e da avaliação.....	667
511. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	668
512. Retenção por benfeitorias.....	669
513. Defesas próprias do processo de conhecimento.....	670
514. Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente	671
515. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	672
516. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação.....	673
517. Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC.....	674
518. Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC	675
519. A posição especial do arrematante.....	676
520. Exceção de pré-executividade.....	677
521. Sucumbência na exceção de pré-executividade.....	679
§ 53. Parcelamento judicial do crédito exequendo	682
522. Moratória legal.....	682
523. Requisitos para a obtenção do parcelamento.....	682
524. Procedimento do incidente	684
525. Indeferimento do parcelamento	685
526. Descumprimento do parcelamento.....	685
§ 54. Embargos de terceiro.....	688
527. Visão geral	688
528. Natureza da ação.....	689
529. Legitimação ativa.....	690
530. <i>Provocatio ad agendum</i>	691
531. Legitimação passiva.....	692
532. Valor da causa.....	692
533. Competência	692
534. Oportunidade.....	693
535. Julgamento e recurso.....	693

536. Procedimento	693
537. Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar.....	694
538. Efeitos do julgamento do mérito dos embargos	695
539. Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	695
540. Sucumbência na ação de embargos de terceiro	696

Parte IV – Insolvência Civil

Capítulo XXIV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 55. Execução concursal	699
541. Introdução	699
542. Execução coletiva e execução singular.....	699
543. Pressupostos da execução coletiva	701
544. Efeitos da declaração de insolvência	703
545. Características da execução coletiva	705
546. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	705
§ 56. Primeira fase do processo de insolvência	707
547. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	707
548. Caracterização da insolvência.....	709
§ 57. Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo	711
549. Legitimação	711
550. Insolvência requerida pelo credor	712
551. Caráter facultativo da ação concursal	713
552. Insolvência de cônjuges	714
553. Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	715
§ 58. Procedimentos da execução coletiva.....	716
554. Procedimento da insolvência requerida pelo credor	716
555. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	718
§ 59. Competência para a execução concursal.....	722
556. Competência	722
§ 60. Sentença declaratória de insolvência.....	724
557. Declaração judicial de insolvência	724
§ 61. Administração da massa	726
558. O administrador da massa	726
559. Atribuições do administrador	727
§ 62. Concurso de credores.....	729
560. Verificação e classificação dos créditos.....	729

561. Credores retardatários e credores sem título executivo.....	731
562. Quadro geral de credores.....	732
§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo.....	734
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores	734
564. Encerramento e suspensão do processo	735
565. Saldo devedor	736
566. Extinção das obrigações.....	737
§ 64. Disposições gerais.....	740
567. Concordata civil	740
568. Pensão para o devedor	741
569. Insolvência de pessoas jurídicas	741
570. Editais.....	742

Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XXV – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 65. Vicissitudes do processo executivo.....	745
571. Suspensão da execução	745
572. Casos de suspensão	747
573. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do NCPC	748
574. Suspensão provocada por embargos	750
575. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	750
576. Suspensão e prescrição intercorrente.....	751
577. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao NCPC.....	754
578. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor	756
579. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados	756
580. Suspensão em razão do parcelamento do débito.....	756
581. Efeitos da suspensão.....	757
582. Extinção da execução.....	757
583. Extinção por indeferimento da petição inicial	758
584. Extinção por satisfação da obrigação (remissão da execução)	759
585. Extinção da dívida por qualquer outro meio.....	759
586. Extinção por renúncia.....	759
587. Extinção pela prescrição intercorrente	759
588. Outros casos de extinção da execução.....	760
589. Sentença de extinção	761
590. Coisa julgada	763
§ 66. Recursos no processo de execução.....	766
591. O problema recursal na execução.....	766
592. Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes.....	766

593. Casos de cabimento da apelação.....	767
594. Casos de agravo de instrumento.....	768
595. Efeitos dos recursos.....	768
596. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	769
597. Causas de alçada.....	770
598. Recursos extraordinário e especial.....	770

Parte VI – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXVI – Noções Gerais

§ 67. O Processo nos tribunais.....	771
599. Duplo grau de jurisdição.....	771
600. Competência dos tribunais.....	772
601. Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	772
602. Casos de competência originária dos tribunais.....	773
603. Posição da matéria no novo Código de Processo Civil.....	776
604. O funcionamento dos tribunais.....	777
605. O sistema de julgamento dos tribunais.....	778
606. A relevante função do Relator.....	778
607. O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	781
§ 68. Valorização da jurisprudência.....	792
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	792
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	793
610. Características do sistema sumular.....	794
611. A posição do novo CPC sobre a força normativa da jurisprudência.....	795
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa.....	797
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes.....	797
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências.....	799
615. Publicidade e alteração da jurisprudência.....	800
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	801
617. Súmula jurisprudencial.....	804
618. Súmula vinculante.....	805
619. Regulamentação da súmula vinculante.....	806
§ 69. Incidente de assunção de competência.....	810
620. Conceito.....	810
621. Pressupostos.....	811
622. Procedimento.....	811
623. Efeitos da decisão.....	812
§ 70. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	813
624. O controle da constitucionalidade no direito brasileiro.....	813

625. Regulamentação legal.....	814
626. O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	815
627. Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	816
628. Iniciativa de arguição.....	816
629. Momento da arguição.....	816
630. Competência para apreciar o cabimento do incidente.....	817
631. O julgamento da arguição.....	817
§ 71. Conflito de competência.....	821
632. Conflito de competência.....	821
§ 72. Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória....	823
633. A eficácia da decisão estrangeira.....	823
634. O sistema nacional.....	823
635. A homologação da decisão estrangeira.....	824
636. Decisões estrangeiras homologáveis.....	825
637. Decisões estrangeiras que dispensam homologação.....	827
638. Homologação parcial da decisão estrangeira.....	827
639. Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	828
640. Natureza da decisão homologatória.....	830
641. O procedimento.....	830
642. A execução.....	832
643. Pedidos de urgência.....	832
644. A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	833
645. Execução de medida de urgência estrangeira.....	833
646. Procedimento.....	833
§ 73. Ação rescisória.....	835
647. Conceito.....	835
648. Pressupostos.....	838
649. Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial....	842
650. Decisões terminativas rescindíveis.....	843
651. Rescisão parcial.....	846
652. Casos de admissibilidade da rescisória.....	846
653. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	847
654. Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II).....	848
655. Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	849
656. Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	851
657. Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	852
658. Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V).....	854
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência.....	857
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V).....	859
660.1 Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitu- cional pelo STF.....	862

660.2 Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF	863
661. Falsidade de prova (art. 966, VI)	863
662. Prova nova (art. 966, VII)	864
663. Erro de fato (art. 966, VIII)	866
664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	867
665. Atos sujeitos à ação anulatória	868
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória	870
667. Fundamentos da ação anulatória	870
668. Prazo para ajuizamento da ação	871
669. Natureza da ação	871
670. Sentença homologatória em processo contencioso	871
671. Legitimação	872
672. Legitimação do Ministério Público	874
673. Legitimação passiva	875
674. Citação tardia do litisconsorte necessário	877
675. Rescisão de decisão objetivamente complexa	878
676. Caução	878
677. Competência	878
678. O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	881
679. Multa de 5% sobre o valor da causa	882
680. A execução da sentença rescindenda	883
681. Indeferimento da inicial	884
682. Procedimento	885
683. Natureza e conteúdo da decisão	888
684. A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	889
685. Preservação de efeitos da sentença rescindida	892
686. Rescisória de rescisória	893
687. Prazo de propositura da ação rescisória	894
688. Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente	896
689. A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça	901
690. Contagem do prazo	903
691. Extinção da ação rescisória por abandono da parte	905
692. Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória	906
693. Sentença nula de pleno direito	907
§ 74. Incidente de resolução de demandas repetitivas	912
694. Conflitos individuais e conflitos coletivos	912
695. Natureza jurídica do incidente	913
696. Força de coisa julgada e força executiva	914
697. Cabimento do incidente	914
698. Objetivos do incidente	916
699. Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência	917

700. Legitimidade para a promoção do incidente	918
701. Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau	919
702. Desistência ou abandono do processo	919
703. Participação do Ministério Público	920
704. Competência	920
705. Detalhes do procedimento	921
706. Força vinculante da decisão do incidente	925
707. Publicidade especial	926
708. Recursos	926
709. Reclamação	928
710. Revisão da tese firmada no incidente	929
§ 75. Reclamação	931
711. Histórico	931
712. Natureza da reclamação	933
713. Cabimento	933
714. Legitimidade	936
715. Procedimento	937

Parte VII – Recursos

Capítulo XXVII – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 76. Recursos	939
716. Conceito	939
717. Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais	940
718. Classificação dos recursos	941
719. Fundamento e natureza do direito ao recurso	945
720. Atos sujeitos a recurso	946
721. Recursos admissíveis	947
722. Reclamação	948
723. Correição parcial	949
724. A técnica de julgamento dos recursos	950
§ 77. Princípios gerais dos recursos	952
725. Princípios fundamentais dos recursos civis	952
726. Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis	954
727. Princípio do duplo grau de jurisdição	954
728. Princípio da taxatividade	958
729. Princípio da singularidade	959
730. Princípio da fungibilidade	960
731. Princípio da dialeticidade	962

732. Princípio da voluntariedade.....	964
733. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	964
734. Princípio da complementariedade: inaplicabilidade aos recursos civis	965
735. Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	965
736. A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do NCPC	967
737. Princípio da consumação	969
§ 78. Disposições gerais relativas aos recursos civis.....	970
738. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	970
739. Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos	971
740. Cabimento: atos judiciais recorríveis	972
741. Tempestividade do recurso.....	972
742. Recurso interposto antes da publicação do julgado.....	976
743. Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	978
744. Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	980
745. Legitimação para recorrer	981
746. Particularidades do recurso de terceiro.....	986
747. Recurso de terceiro e coisa julgada.....	988
748. Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente.....	988
749. Legitimidade do Ministério Público para recorrer	989
750. Singularidade do recurso	990
751. Adequação e fungibilidade dos recursos	990
752. Preparo	991
753. Motivação e forma.....	993
754. Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	995
755. Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	998
756. Recurso adesivo	999
757. Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	1001
758. A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	1003
§ 79. Efeitos da interposição do recurso	1005
759. Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo	1005
760. Efeito substitutivo	1005
761. Efeito translativo	1006
762. Efeito expansivo	1008
§ 80. A Apelação.....	1010
763. Conceito.....	1010
764. O novo CPC e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença	1011
765. Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento	1012
766. Interposição da apelação.....	1012

767. Efeitos da apelação.....	1014
768. Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa.....	1020
769. Questão de fato e questão de direito	1021
770. Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013.....	1022
771. Prescrição e decadência	1024
772. A apelação e as nulidades sanáveis do processo	1025
773. Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	1026
774. Recebimento da apelação.....	1027
775. A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	1029
776. Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	1030
777. Deserção.....	1031
778. Prazo para interposição da apelação	1032
779. Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração	1032
780. Julgamento em segunda instância	1033
§ 81. Agravo de instrumento	1035
781. Conceito	1035
782. Espécies de agravo	1036
783. Recorribilidade das decisões interlocutórias	1038
784. Agravo de instrumento	1040
785. Prazo de interposição	1042
786. Formação do instrumento do agravo.....	1043
787. Efeitos do agravo de instrumento.....	1045
788. Processamento do agravo de instrumento	1046
789. O contraditório	1049
790. Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	1050
791. Julgamento do recurso pelo colegiado.....	1051
792. Encerramento do feito	1052
793. Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo.....	1052
§ 82. Agravo interno	1056
794. Conceito	1056
795. Procedimento	1056
796. Efeitos do agravo interno.....	1057
797. Sustentação oral	1058
798. Fungibilidade.....	1058
§ 83. Embargos de declaração	1061
799. Conceito e cabimento.....	1061
800. Pressupostos dos embargos de declaração	1062

801. Obscuridade no julgamento	1063
802. Contradição.....	1064
803. Omissão	1065
804. Hipóteses de omissão	1068
805. Erro material	1069
806. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração	1071
807. Procedimento	1074
808. Prequestionamento.....	1075
809. Efeito interruptivo	1075
810. Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	1077
811. Efeito suspensivo especial.....	1077
811.1 Possibilidade de concessão de efeito suspensivo	1078
812. Efeito integrativo.....	1080
813. Embargos manifestamente protelatórios.....	1080

*Capítulo XXVIII – Recursos para o Supremo Tribunal Federal
e para o Superior Tribunal de Justiça*

§ 84. Recurso ordinário	1085
814. Introito	1085
815. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	1086
816. Recurso ordinário para o STJ.....	1088
§ 85. Recurso extraordinário e especial	1091
817. Recurso extraordinário	1091
818. Pressupostos do recurso extraordinário	1092
819. Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário.....	1096
820. Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral	1098
821. Procedimento no STF	1100
822. Reflexos da decisão acerca da repercussão geral	1101
823. O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF	1103
824. Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	1104
825. Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral...	1105
826. Função do recurso extraordinário.....	1107
827. Efeitos do recurso extraordinário.....	1108
828. Processamento do recurso extraordinário	1110
829. O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	1114
830. O recurso extraordinário por via eletrônica	1115
831. Julgamento do recurso e julgamento da causa.....	1115
832. Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão	1118
833. Poderes do relator.....	1120
834. Recurso especial para o STJ.....	1121
835. Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988.....	1123

836. Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	1124
837. Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	1131
838. Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial	1132
839. Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	1132
840. Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	1133
841. Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário	1134
842. Recurso especial e recurso extraordinário adesivo	1135
§ 86. Recursos especial e extraordinário repetitivos	1137
843. Introdução	1137
844. Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1138
845. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem	1140
846. Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais...	1143
847. Desistência do recurso padrão.....	1143
848. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF	1144
849. Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas	1149
850. Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição	1152
§ 87. Agravo em recurso especial e extraordinário	1154
851. O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1154
852. Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem.....	1155
853. Interposição e contraditório.....	1155
854. Remessa à Corte Superior.....	1156
855. Julgamento.....	1156
856. Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1156
§ 88. Embargos de divergência no STF e no STJ	1158
857. Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1158
858. Alguns problemas superados pelo NCPC	1160
859. Procedimento no STJ	1161
860. Procedimento no STF	1162
§ 89. O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores.....	1163
861. Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos	1163
862. Ampliação da força vinculante da jurisprudência.....	1167
§ 90. Direito intertemporal em matéria de recursos	1169
863. Posição do novo Código	1169
864. Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos.....	1169
§ 91. Disposições finais e transitórias.....	1173
865. Direito intertemporal	1173
866. Direito probatório.....	1174

867. Procedimento comum como regra geral	1174
868. Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	1175
869. Execução contra devedor insolvente.....	1175
870. Atos processuais eletrônicos e certificação digital	1175
871. Trânsito em julgado de questões prejudiciais	1176
872. Depósito judicial.....	1177
873. Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1177
874. Procedimentos dos juizados especiais cíveis.....	1177
875. Embargos de declaração da Justiça Eleitoral	1178
876. Alteração do Código Civil	1178
877. Conselho Nacional de Justiça.....	1179
878. Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1179
879. Instituição do reconhecimento extrajudicial do usucapião	1179
880. Revogação de disposições existentes em outras leis.....	1181
881. Situação especial em relação ao Código Civil.....	1187
882. Pré-eficácia do novo Código de Processo Civil.....	1187
 Bibliografia	 1189
Índice Onomástico.....	1207
Índice Alfabético de Assuntos	1213
Índice dos Fluxogramas.....	1239